

## NIETZSCHE E A LITERATURA\*

MARIA HELENA LISBOA DA CUNHA\*\*

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA UERJ

Nietzsche é um filósofo intimamente articulado à Literatura. Cabe-nos perguntar por quê? E podemos responder à pergunta feita com margem em seus próprios escritos. Nietzsche se refere a eles, empregando freqüentemente na sua correspondência a expressão: "minha literatura".

Podemos, também, perguntar-nos o que vem a ser literatura, e então, temos duas observações a fazer:

1º) Até o fim do séc. XVIII, literatura significava "cultura geral" ou o que os franceses chamariam de "*connaissance des belles-lettres*".

2º) A partir daí, literatura passa a significar o conjunto das produções literárias de uma época, de um país, etc ..., articulado à evolução sociológica do estatuto do escritor, instituição que, no domínio estético, tem por corolário a valorização crescente da originalidade, por conseguinte passa a ter peso o estilo do autor, isto é, sua autenticidade.

Ora, sabemos que Nietzsche quer resgatar a cultura grega, desde a sua obra, A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos. Referindo-se à literatura grega, ele distingue duas épocas: a **clássica**, definida pela ausência de tradição literária e **pós-clássica** que, ao contrário, nasce e vive dessa tradição. Platão se situa na linha divisória entre as duas, e não é à toa que, segundo Nietzsche, no que diz respeito aos seus escritos, se estes se tivessem perdido e a Filosofia tivesse começado por Aristóteles, por exemplo, não só esse fato seria de se lastimar mas, o que seria ainda pior, nós jamais teríamos tido conhecimento desse homem notável da antiguidade que foi o filósofo-artista. Platão, no seu entender era, além de notável escritor, o homem político por excelência, o

\*\* Professor Adjunto e Chefe do Departamento de Filosofia da UERJ  
• Teresópolis, "em uma noite de lua cheia na mata", julho de 1994.

legislador ao lado de Sólon e Clístenes, aquele cuja expressividade e dramaticidade das idéias encenadas conduziram e influenciaram a juventude ateniense.

Acontece que é exatamente a época clássica, isenta de tradição literária, visceralmente unida ao culto e ao mito que interessa a Nietzsche resgatar porque diz respeito à época trágica, aos pré-socráticos e aos escritores trágicos a exemplo de Heráclito, Empédocles, Anaximandro, Ésquilo, Sófocles, Eurípides, apesar das ressalvas, bem como dos poetas Homero e Píndaro. A função da literatura aqui era de comunhão, de coesão orgânica, sustentando a permanência de toda uma civilização. Por isso, ele afirma,

*nada há de mais absurdo do que atribuir aos Gregos uma cultura autóctone; pelo contrário, assimilaram a cultura viva de todos os outros povos e, se chegaram tão longe, foi porque souberam continuar a arremessar a lança onde um outro povo a tinha deixado. São admiráveis na arte de aprender dando frutos; e deveríamos, como eles, aprender com os vizinhos a utilizar os conhecimentos adquiridos como apoio para a vida e não para o conhecimento erudito, apoio a partir do qual se salta para o alto e mais alto ainda do que o vizinho. (1)*

Sabemos que o mito, bem como toda vivência nutre-se da ambigüidade por ser imagístico (ideológico, pois desdobra a realidade em imagens, desejos, afetos e desafetos) e, portanto, assimila a simultaneidade no interior de seu sistema, o que também acontece à palavra nos primórdios da civilização grega. No mito os contrários não são contraditórios mas sim, complementares, perfazendo uma lógica da ambigüidade. O Estatuto da palavra, na Grécia, terá que percorrer um longo caminho, semeado de obstáculos para chegar de um lado com Simônides de Céos e Píndaro (poetas), de outro com Platão e Aristóteles (filósofos), atravessando toda a sofística com Protágoras de Abdera e Górgias de Leontinos a fim de nos legar a palavra laica, profana, persuasiva nos debates da Ágora e o discurso filosófico, lógico,

nas Academias.

Em decorrência do acima exposto verificamos que a fonte do discurso verdadeiro, na Grécia é a mesma fonte do falso. O *lógos*, discurso, medida, ordem, simetria, harmonia, proporção, linguagem que etimologicamente deriva de *Legein*, colher, recolher, ato de guardar o produto da colheita, era uma tarefa dos poetas que contavam a história dos heróis e os mitos, tarefa sagrada, inspirada pelas musas. Também na Índia a verdade é RTA, palavra de origem indo-ariana, mas que também é oração litúrgica, a potência que assegura a ordem cósmica, o direito e a lei.

A Filosofia, porém, esquece esse percurso que só vai ser reencontrado com Nietzsche na arte trágica, pela articulação dos dois instintos estéticos, o Apolíneo e o Dionisiaco, num primeiro momento, com Heidegger recuperando o mito e o poético, conforme cita: “O homem habita em poeta”, num segundo momento e, contemporaneamente com Deleuze, num terceiro momento, no plano dos afetos. Segundo Deleuze “... grande é a distância entre o *logos* e a simples razão (como quando se diz que o mundo é racional). A razão é um conceito, e um conceito bem pobre para definir o plano (de imanência) e os movimentos infinitos que o percorrem” (2). Não podemos deixar de aludir a Sartre e a M. Ponty, herdeiros de Heidegger, com a dimensão intersubjetiva e a colocação do problema do “outro”. Trata-se de pensar a realidade com a consciência de que esse pensar não é técnico nem científico, mas sim um esforço de compartilhar do mistério. Ora, o mistério, o *numinoso*, conforme o termo cunhado por Rudolfo Otto que deriva de *númen* palavra latina cuja etimologia é divindade, é a dimensão própria à poesia, aos oráculos, ao elemento Teúrgico por excelência.

Reiteramos que pensar não é unificar, esquematizar, tornar familiar a aparência sob a face de um grande princípio de acordo com uma certa tendência filosófica racionalista, mas fazer de cada idéia, de cada imagem, à maneira de Proust, um *Kairos*, um lugar privilegiado, único, indizível, um momento oportuno, fala também sedutora dos sofistas, produtores de ilusões, de interpretações, das ambigüidades da palavra.

Um exemplo tirado da literatura grega, Esquilo no caso, nos revela a utilização de metáforas paradoxais e ambíguas em sua obra, como a palavra “rede” que tanto pode designar uma armadilha para a pesca quanto para a caça. Uma estimativa feita

por especialistas da área (A. Moreau entre outros), nos indica que na obra de Ésquilo palavras com duplo sentido são utilizadas n vezes mais que na obra de Sófocles e na de Eurípides. Este último, com razão, não privilegia a ambivalência por se enquadrar no desenvolvimento da vertente racionalista que começa já com Parmênides no VI séc. a.C., desenvolve-se com Platão e Aristóteles no IV séc. a.C., lançando as bases do racionalismo Ocidental, via Descartes e A. Comte, conforme o conhecemos nos dias de hoje. As palavras *arkus* e *brokhos*, por exemplo, que não são ambivalentes, pertencentes ao vocabulário da caça são utilizadas por Ésquilo três e duas vezes, respectivamente; a palavra *Diktuon* ambivalente é utilizada oito vezes enquanto Eurípides utiliza as primeiras oito e três vezes, respectivamente, e a 2ª, três vezes. O que se conclui desses dados, numa análise comparativa, é que Ésquilo, poeta, privilegia a ambigüidade por caracterizar a interpenetração dos planos cósmico (ontológico) e terrestre (ôntico) permitindo a confusão dos mesmos, uma transgressão na ordem do Universo (*hybris*) que a subverte, e assim fazendo resgata o caos originário, a exemplo de Hesíodo (“no início era o *Kaos* ...”, A Teogonia), fundamento metafísico de toda a sua obra.

Lembramos que, conforme testemunho histórico, os sofistas (*Sophistés*), professores na Grécia arcaica também eram poetas, uma vez que, segundo os gregos, a instrução prática e os conselhos morais constituíam a função principal dos poetas, a exemplo de Sólon, Hesíodo, Parmênides de Eléia, Empédocles de Agrigento, Alcméon de Crotona, Ión de Chios, Melissos e outros mais. Uma citação de Ésquilo, poeta trágico, pode ser esclarecedora a esse respeito. Diz o autor que a história de Fedra, por ser moralmente perniciosa, tal como a conta Eurípides na tragédia Hipólito não deveria ser apresentada em cena, uma vez que “do mesmo modo que os alunos têm professores para lhes indicar o caminho, os poetas são os professores dos homens”. (3) Logo, os sofistas eram os herdeiros da tradição pedagógica dos poetas que começou no séc. IX com Homero na Iliada e na Odisséia. Temos notícia de que também em uma Ode de Pindaro a palavra “*Sophistes*” significava poeta.

No entanto, a partir do V séc., uma onda de estrangeiros chega a Atenas com a pretensão de ensinar a *Areté* (virtude), palavra de múltiplos sentidos, “lato e stricto sensu”, opondo-se mesmo aos poetas, à medida que a função didática de ensinar a retórica, as

matemáticas, o estudo da língua, o estatuto das leis e dos princípios morais, a idéia de contrato social, o ateísmo e o agnosticismo, o hedonismo e o utilitarismo, substituiu a própria poesia. A *Areté* tomada em seu sentido lato significava a perfeição humana, aquilo que fazia de um homem um dirigente natural na sua comunidade e por isso pensava-se que se apoiava em certos dons naturais e mesmo divinos que eram a marca do bom nascimento e da boa educação. Uma questão de linhagem, diríamos. *Stricto sensu*, seria a virtude política, constituída pela Oratória, retórica, o estudo da língua e o das leis, etc. ..., isto é, por disciplinas passíveis de serem ensinadas. Esse o *métier* dos sofistas.

Esses sofistas, convém assinalar, mestres de um saber a comunicar, cujo saber prático consistia tanto no domínio da conduta e da política quanto no das artes técnicas, embora tenham mantido a ambigüidade da palavra própria ao mito e à poesia, a tornam profana, uma vez que agora ela vai servir a fins utilitários e práticos nos debates da *Ágora*. Todavia, ainda segundo um testemunho de *Ésquilo*, a verdadeira *Sophía* (sabedoria) não pertencia aos homens que conheciam muitas coisas mas àqueles cujo saber é útil. Desse modo, podemos classificar os sofistas de *Sophos*, sábios, e não é por outro motivo que, na modernidade, filósofos e historiadores da Filosofia como *Theodor Gomperz*, *Lass* e o próprio *Nietzsche* os exaltaram contra aqueles que os queriam denegrir por seu mercenarismo e farisaísmo.

Acontece, porém, que a ambigüidade não está somente no discurso dos sofistas, mas no real, na emergência da *Phýsis*, da espontaneidade da linguagem. Na Grécia, diz o Prof. *Gerd Bornheim*, até a palavra do filósofo era *Phýsis* e complementa, "O homem como que vive entre a justiça e a injustiça, entre o ser e a aparência. E a evolução do trágico consiste na des-coberta da aparência e na conseqüente conquista do ser". (4)

Sobre o esquematismo ironiza *Nietzsche*, "não conhecer mas esquematizar, impor ao caos tanta regularidade e forma quanto satisfaça a nossa necessidade prática". (5)

O problema que aqui se vai delineando é o da crítica que *Nietzsche* faz da ciência, da racionalidade e, conseqüentemente, do conceito de verdade. Para ele, trata-se menos de estabelecer uma certa verdade, no sentido cartesiano, idéia clara e distinta, que de possibilitar à civilização um fermento portador das possibilidades de

uma nova ordem em que ela possa encontrar seu lugar de comunhão. Os textos para esse intento são, *A origem da tragédia*, *Considerações Intempestivas*, *Humano demais humano*, *Gaia ciência* e *O Zarathustra*, onde afirma, “aquele que escreve com seu sangue e em sentenças, não quer ser lido mas aprendido pelo coração. Sua escrita é um meio de ação e primeiramente ação sobre si mesmo, ação modeladora do caos interior, medida e harmonia apolínea sobre a desmedida dionisiaca sempre ameaçadora. É nesse sentido que pode ser compreendido o aforisma que aqui se segue:

*A grandeza de um artista não se mede pelos “bons sentimentos” que ele provoca, mas pelo “grande estilo”, na capacidade de se tornar mestre do caos “que se tem em si mesmo”, no fato de forçar seu próprio caos a tornar-se forma; tornar-se lógico, simples, sem equívoco, matemático, tornar lei, e neste particular, a grande ambição. (6)*

Por isso, justamente assim se expressa Gianni Vattimo no VII Colóquio Internacional de Filosofia, realizado em julho de 1964 em Royaumont:

*O pensamento de Nietzsche não se preocupa com a evidência como informação, mas com uma outra concepção da verdade. Ele não pode ter provas no sentido da evidência, e ele não pode mesmo ter uma Escola no sentido do desenvolvimento de qualquer coisa estabelecida. Mas ele pode ter repetições, respostas. É o que diz Heidegger. Objetam-nos a Filosofia concebida como discurso racional e como prova. Mas o pensamento não tem um outro sentido? É correto empregar a lógica para colocar um tal problema e para o resolver? Se nós cremos que o princípio da prova, ou da demonstração é indiscutível, já estamos pré-concebidos...(7)*

A presente citação faz menção ao conhecido posicionamento de Nietzsche com relação aos conceitos. Para o autor, os conceitos não podem medir e avaliar a realidade, a vida, mas serem, pelo

contrário, corrigidos e reavaliados pela realidade de onde foram tirados. Temos como exemplo o conceito folha (*A verdade e a mentira no sentido Extra-Moral*), abstraído das milhares de folhas existentes na realidade, o qual por ser geral e universal, esquece as diferenças e particularidades da existência: a folha do coqueiro que se diferencia da folha de parreira, que por sua vez se diferencia da folha de bananeira, do abacaxizeiro, da macieira, da laranjeira, e por aí vai.

Podemos afirmar que a Filosofia desabrochou (*Phýsis* vem do *Phýein* e *Phyesthái* que quer dizer desbrochar, crescer, brotar, nascer) dentro de poemas ou de prosas embebidas de imagens poéticas e, pôr isso mesmo, traz em suas raízes o compromisso inadiável com a criação artística, no caso que nos referimos, com a literatura. Em consequência, podemos cotejar Filosofia e Arte como duas instâncias irmanadas pelo nascimento comum mas separadas pelo destino: uma sensível, outra conceitual, cada qual, de acordo com a bela metáfora de Heidegger, erguendo-se em sua exclusiva altitude, mas ligadas na base pelo vale que justamente as separa e torna impossível a fusão.

Todavia, em um mundo laico, cuja palavra angariou o estatuto de mercadoria, de signo utilitário, onde a literatura, tendo-se desvinculado do mito e do culto, torna-se depositária dos valores consumistas, estando já submetida ao individualismo da cultura burguesa, a exemplo dos *O Alquimista*, *Brida* e *As Valquírias* de Paulo Coelho, ou depositária de receitas rápidas de consumo maciço tipo *Amar pode dar certo*, *Ame e de vexame*, *Sem tesão não há solução*, *Vivendo, amando e aprendendo*, de Roberto Shinyashiki e Eliana Dumêt, Roberto Freire e Leo Buscaglia, respectivamente; a série de livros de Lobsang Rampa, divulgando rasteiramente o pensamento oriental e assim o dilapidando; ou mesmo a enxurrada de autobiografias de personalidade célebres, como a de Jane Fonda, Liv Ulmamm, Shirley MacLaine; no Brasil, o melhor exemplo é o de Danusa Leão e suas receitas rápidas e caseiras até para viagens! Torna-se imperioso, portanto, questionarmos o sentido da literatura e para quem tem ela sentido.

Nesse momento, Nietzsche vem à baila uma vez que ele próprio fazia severas críticas ao leitor e ao consumidor de arte. Vale lembrarmos a observação: Que estamos consumindo, em termos de

arte? Que é Arte? Que queremos ou que podemos com ela? Este dilema Nietzsche também o experimentou em relação com Wagner, primeiro na glorificação, depois no desprezo, na marginalização da música Wagneriana. Lembremos uma das muitas citações a respeito:

*como o nosso gosto se afastou de toda essa intrigalhada romântica, dessa argamassa de sentidos em que se compraz a plebe da inteligência, e da sua amálgama de aspirações ao sublime, ao elevado, ao retorcido! Não, se ainda precisamos de uma arte, ela é para nós, convalescentes uma outra arte, uma arte trocista, leve, fluida, divinamente livre e divinamente artificial, que jorra com uma chama clara no meio de um céu sem nuvens. E antes de mais: uma arte para os artistas, só para os artistas! (8)*

Nietzsche nos lembra de que é por meio da criação que podemos transformar a realidade, uma vez que “somente enquanto fenômeno estético é que a existência e o mundo eternamente se justificam”. (9) A criação tem por essência, a capacidade de criar roupagens, véus, artificios, sortilégios, aparências, máscaras, aniquilando o que se chama ordinariamente **realidade**, apesar dessa mesma realidade se ter criado a partir das mesmas roupagens, das mesmas máscaras, tudo isso que, “à força de ser acreditado, de se transmitir, de se fortificar em cada nova geração, acabou por se identificar com as próprias coisas, acabou por formar o seu corpo; a aparência primitiva acaba sempre por se tornar a essência e fazer o efeito da essência!”(10).

Vale lembrarmos, a esse respeito, o conceito de criação a que se refere o grande poeta austriaco Rainer Maria Rilke:

*A idéia de ser criador, de gerar, de moldar não é nada sem sua grande e perpétua confirmação na vida; nada sem o consenso mil vezes repetido das coisas e dos animais. Seu gozo não é tão indescritivamente belo e rico senão porque está cheio de reminiscências herdadas da geração e de*

*parte de milhões de seres. Numa idéia criadora revivem mil noites de amor esquecidas que a enchem de altivez e altitude. Aqueles que se juntam à noite e se entrelaçam num baloiçar de volúpia, executam obra grave, reunindo doçuras, profundezas e forças para a canção de algum poeta vindouro que há de surgir para dizer indizíveis prazeres. Eles estão evocando o futuro; mesmo que estejam enganados, que se abracem cegamente, o futuro virá apesar de tudo; um homem novo se há de erguer. Sobre a base do caso que parece cumprir-se nesse abraço, acorda a Lei que faz com que um germe forte e poderoso avance até o óvulo que vem aberto a seu encontro. Não se deixe enganar pela superfície: - nas profundidades tudo se torna lei. (11)*

Nesse contexto, o papel da literatura é o de desviar-se, melhor dizendo, desviar-nos da natureza como o fizeram magnificamente os gregos. Exigiam os mais belos discursos na paixão, no teatro, nas versificações da tragédia. Diz Nietzsche, a esse respeito, que “O ateniense ia ao teatro para ouvir belos discursos! E era de belos discurso que Sófocles se preocupava”. (12) Na natureza, ao contrário, as ações são pálidas, destituídas de profundidade expressiva, diríamos mesmo, de intensidade, e de convenção, subordinação à Lei, domínio do artifício, da métrica, do ritmo, da proporção. Seja como for, na Arte há uma suspensão do tempo presente, do ritmo natural, do fluxo desordenado das sensações e emoções em prol de uma estrutura, que pode ser mais ou menos flexível mas que, no cômputo geral, estabelece regras. Nesse particular, diz Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*, “Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a Lei” ainda nos podemos mexer”. (13) O esforço cultural da Arte grega será o de se desprender da natureza (*Phýsis*) que é caótica, oriental no sentido de bárbara, para aceder ao domínio da Lei (*nómos*) da instituição ou do estatuto, isto é, da diferenciação e do equilíbrio segundo os quais o tumulto

orgiástico é finalmente organizado pela forma, pela convenção. No entender de Nietzsche “toda arte madura tem por base uma série de convenções: quando quer exprimir algo, a convenção é a condição da grande arte, ela não é um obstáculo”. (14)

Poderíamos, também, citar o exemplo da *Antígona* de Sófocles, onde o combate entre dois tipos de direito, o natural (*Phýsis*) e o cidadão (*nómos*) se entrecruzam nas falas de Antígona e Creonte, a primeira no intento de sepultar o irmão, Polinice, acusado de ser inimigo da cidade por lutar contra o trono, o segundo, na proibição de tal ação pela promulgação de um edito e de uma sentença de morte contra Antígona para defender as Leis da *pólis*, conforme citação. Diz Antígona: “Não foi Zeus que a promulgou (a Lei), e a justiça que habita a morada dos deuses subterrâneos nada disso traçou entre os homens. Eu não creio que os seus editos tenham tanto poder que eles permitam a um mortal violar as Leis divinas: Leis não escritas, aquelas, mas intangíveis”. (15)

Trata-se da questão também sofisticada, advinda com o humanismo do séc. V entre *Phýsis* e *Nómos*, a Lei natural e divina que privilegia os mais bem nascidos, logo de boa linhagem, ou o Contrato Social entre os homens, a Lei de isonomia, onde iso = igual, igualdade perante a Lei, em que os homens, pela convenção social estabelecem as normas da convivência do grupo.

A influência de Nietzsche na Literatura contemporânea também é de grande monta e podemos citar os nomes de Gide, Camus, Valéry, Artaud, Malraux, Dostoievski, Kafka, apenas para citar os mais importantes. Não me estenderei sobre o assunto; levaria outras tantas páginas de escritura árdua e seria tema para um outro trabalho. Queremos, apenas, assinalar a riqueza, a profundidade, a extensão e a intensidade da obra Nietzscheana para a prosperidade. Nietzsche, sublinham alguns autores, não se reduz a doutrinas, nem a atitudes, não se deixa capturar por nenhum partido, postulando uma certa maneira de ser, uma certa possibilidade expressiva e uma exigência humana.

Por tudo isso, sua “Literatura” a que fizemos referência no início do texto alcança o seu objetivo: cultivar o homem (*illustrer, litterature*), estabelecendo laços entre existências que sem perder seu contorno próprio aí encontram uma ordem comum. É o que afirma o autor na citação que se segue:

*Ah, estes gregos, como eles sabiam viver! Isso exige a resolução de nos mantermos corajosamente à superfície, de nos conservarmos agarrados à cobertura, à epiderme, adorar a aparência e acreditar na forma, nos sons, nas palavras, em todo o Olimpo da aparência! Estes Gregos eram superficiais ... por profundidade! E não voltamos a eles, nós que partimos a espinha do espírito, que escalamos o cume mais elevado e mais perigoso do pensamento atual e que, daí, olhamos tudo a nossa volta, e que, daí, olhamos para baixo? Não seremos nós, precisamente nisso ... gregos? Adoradores da forma, dos sons, das palavras? Artistas, portanto? (16)*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NIETZSCHE, F. *A Filosofia na Idade trágica dos Gregos*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 19.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 60.
- GUTHRIE, W. C. K. *Les Sophistes*. Paris: Bibliothèque Philosophique Payot, 1971. p. 37-8.
- BORNHEIM, G. *O sentido e a máscara*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 80.
- NIETZSCHE, F. *Vontade de Potência*. Rio de Janeiro: Ediouro, Aforismo 272, p. 221.
- Idem, *ibidem*, af. 65. p. 116.
- VATTIMO, G. *Discussão em Notre point D'Interrogation*. Paris: Ed. de Minuit, Cahiers de Royaumont, 1967. p. 121.
- NIETZSCHE, F. *A Gaia ciência*. Lisboa: Guimarães, 1984. p. 14.

9 \_\_\_\_\_ *L'Origine de la Tragédie*. Paris: Gallimard, 1977. p. 61.

10 \_\_\_\_\_ *A Gaia Ciência*. p. 86.

11 RILKE, R. M. *Cartas a um jovem poeta*. P. A: Globo, 1961. p. 39-40.

12 NIETZSCHE, F. Op. cit. p. 100.

13 RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954. p. 6.

14 NIETZSCHE, F. *V.P.* Af. 357. p. 274.

15 SÓFOCLES. *Antígone*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966. p. 421-469 - p. 79.

16 NIETZSCHE, F. *A Gaia ciência*. p. 15.